

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 816, DE 2008

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Deputada ÍRIS DE ARAÚJO.

I - RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 49, inciso I e 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, por meio da Mensagem em epígrafe, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008.

Nos termos do Acordo, ambos os países promoverão a cooperação internacional entre instituições e organizações públicas e privadas no campo da cultura, com vistas a desenvolver atividades que contribuam para aumentar a conscientização e a difusão cultural, bem como encorajarão a troca de experiências nos campos das artes plásticas, teatro, cinema e música.

Também estão previstos popularização e intercâmbio de meios de expressão artística, com o encorajamento do relacionamento direto

entre museus e troca de experiências e cooperação nos campos do patrimônio cultural, restauração, proteção e conservação.

Outras medidas de cooperação envolvem a divulgação da literatura, a troca de informações entre bibliotecas e arquivos. No campo da cinematografia, será efetuado o intercâmbio de filmes e fomentada a participação de cineastas em festivais de cinema organizados no territórios dos signatários do Acordo.

Com o intuito de preparar programas executivos bienais ou trienais para cooperação na área de cultura, será criada uma Comissão Conjunta de Cooperação no Campo da Cultura entre a República Federativa do Brasil e a República da Lituânia. A Comissão tem o objetivo de implementar a cooperação de que trata o presente Acordo e coordenar ações de cooperação. Seu trabalho será coordenado pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores e seu funcionamento está descrito no instrumento pactuado.

O Acordo entrará em vigor por troca de notas e terá vigência por cinco anos, renovável automaticamente, a menos que os signatários informem por escrito sua intenção de denunciá-lo.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

De acordo com a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual acompanha e instrui a mensagem presidencial, o compromisso internacional sob exame tem como objetivo promover valores culturais e estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre Brasil e Lituânia.

Após minuciosa análise, concluímos que se trata de um acordo típico de cooperação cultural, semelhante a outros já firmados pelo Brasil com diversos países. Uma particularidade talvez seja a ênfase na cooperação cinematográfica, a qual em nossa singela opinião, talvez gere futuras discussões sobre um acordo específico de cinema com a Lituânia.

Assim, somos pela aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada ÍRIS DE ARAÚJO
Relatora

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2009**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada ÍRIS DE ARAÚJO
Relatora